



Prefeitura de Beberibe - CE Secretário Escolar

LÍNGUA PORTUGUESA

| Compreensão e interpretação de textos: situação comunicativa, pressuposição, nferência, ambiguidade, ironia, figurativização, polissemia, intertextualidade, inguagem não-verbal |
|--|
| Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, pfício, carta |
| Estrutura textual: progressão temática; parágrafo |
| Frase, oração, período, enunciado; Termos da oração; Processos de coordenação e subordinação |
| Pontuação |
| Coesão e coerência |
| Variedade linguística, formalidade e informalidade, formas de tratamento, propriedade exical, adequação comunicativa |
| Norma culta: ortografia |
| Acentuação |
| Cargo do sinal indicativo de crase |
| Formação de palavras, prefixo, sufixo |
| Classes de palavras; Morfologia: reconhecimento, cargo e sentido das classes gramaticais |
| Flexão verbal e nominal; Cargo de tempos e modos dos verbos em português; Fransitividade e regência de nomes e verbos |
| Regência |
| Concordância nominal e verbal |
| Sintaxe de colocação; Padrões gerais de colocação pronominal no português Produção textual |
| Semântica: sentido e EMPREGO dos vocábulos; campos semânticos |
| Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica |
| Estilística: figuras de linguagem |
| Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo |
| Norma culta |





| Gabarito |
|---|
| |
| NOÇÕES DE INFORMÁTICA |
| MUÇULƏ DE IMI UNIMATICA |
| Noções de Sistema Operacional: fundamentos e operação, organização e |
| gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas |
| Arquitetura de computadores |
| Sistemas operacionais modernos (Ubuntu Linux e Windows 11) |
| Procedimentos de backup e recuperação contra desastres |
| Aplicativos para Escritório: edição de textos, planilhas, apresentações, comunicações, banco de dados e demais programas (Microsoft Office e Google Workspace) |
| Rede de Computadores: fundamentos e conceitos básicos, ferramentas, aplicativos, endereçamento e procedimentos de Internet e Intranet. Internet: uso e navegação, sites de busca e pesquisa, aplicativos de navegação (Microsoft Edge, Mozilla Firefox e Google Chrome) |
| Grupos de discussão |
| Redes sociais |
| Correio Eletrônico: fundamentos, funcionamento e aplicativos (E-mail do Windows, Mozilla Thunderbird e similares) |
| Soluções de Comunicação: tecnologias, aplicativos de mensageria e comunicação (WhastApp, Telegram, Skype, Discord, etc.) |
| Computação em Nuvem: fundamentos de cloud computing, tipos de oferta de serviço (laaS, PaaS, SaaS), modelos de implementação, serviços e provedoras (Google, Amazon, Microsoft, etc.) |
| Segurança da Informação: fundamentos e princípios, procedimentos de segurança, malware (vírus, worms, trojan, etc.), aplicativos de segurança (antivírus, firewall, antispyware, etc.) |
| Questões |
| Gabarito |





| Geometria básica | 27 |
|---|-----|
| Sistema monetário brasileiro | 41 |
| Noções de lógica | 43 |
| Sistema de medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo. | 51 |
| Fundamentos de Estatística | 56 |
| Questões | 59 |
| Gabarito | 65 |
| Questões | 129 |
| Gabarito | 140 |

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIO-NAL

| A Administração Pública: princípios da Administração Pública | 1 |
|--|-----|
| Poderes administrativos | 7 |
| Atos administrativos | 17 |
| Licitações e contratos administrativos | 39 |
| Serviços públicos | 88 |
| Servidores públicos: regime especial, regime trabalhista, expediente funcional e organizacional; Cargo, emprego e função pública | 106 |
| Órgãos públicos | 129 |
| mprobidade administrativa | 132 |
| Processo administrativo | 144 |
| Constituição da República Federativa do Brasil: dos Princípios Fundamentais – arts. 1º ao 4º | 151 |
| Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos - art. 5º | 153 |
| Dos Direitos Sociais - arts. 6º ao 11º | 160 |
| Da Nacionalidade - arts. 12º e 13º | 163 |
| Dos Direitos Políticos - arts. 14º ao 16º | 166 |
| Da Organização Político-Administrativa – arts. 18º e 19º | 169 |
| Dos Municípios – arts. 29º ao 31º | 172 |
| Da Administração Pública – arts. 37º ao 41º | 176 |
| Questões | 186 |
| Gabarito | 192 |





CONHECIMENTOS SOBRE O MUNICÍPIO

| História de Beberibe; Aspectos geográficos e Municípios circunvizinhos; Emancipação e Fundação da Cidade; Promulgação da Lei Orgânica da Cidade; Administração | |
|---|-----|
| Municipal; Datas Significativas e Comemorativas do Município; Fatores Econômicos da Cidade; Estatuto dos Servidores; Demais aspectos gerais a respeito do Município de Beberibe | 1 |
| Estatuto dos servidores do Município - Lei Municipal nº 582, de 15 de fevereiro de 2000 | 3 |
| Questões | 4 |
| Gabarito | 8 |
| CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS | |
| DOMINEONIMENTOO EOI EON 1000 | |
| Avaliação de desempenho dos alunos | 1 |
| Avaliação de desempenho dos alunos e recursos pedagógicos | 2 |
| Diretrizes curriculares: da educação infantil, do ensino fundamental, da educação especial e da educação de jovens e adultos | 3 |
| Fundos de manutenção e desenvolvimento da educação básica e valorização do magistério | 26 |
| Normas municipais de escrituração escolar, arquivo, censo e cadastro escolar | 51 |
| Organização e níveis da educação básica | 52 |
| Plano decenal de educação | 85 |
| 3 | 87 |
| Políticas educacionais brasileiras | 110 |
| Princípios e fins da educação | 111 |
| 3 | 112 |
| Cultura afro-brasileira | 113 |
| Regimento e proposta pedagógica da instituição escolar | 115 |
| Ética profissional | 116 |
| Escrituração escolar: conceito, fundamentação legal, objetivos1 | 120 |
| Classificação dos registros individual: guia de transferência, ficha individual, histórico escolar, ficha de aptidão física, boletim/caderneta, diploma/certificado | 121 |
| Diário de classe1 | 123 |
| Livros: atas do conselho de classe, atas de resultados finais, outros | 124 |
| Execução dos registros dos fatos escolares | 125 |
| Modos de registrar: normas gerais de organização, escrituração e procedimentos: comuns e especiais | 126 |
| Eventos escolares. Objeto de registro: matrícula, transferência, aproveitamento de estudos, equivalência de estudos, adaptação curricular, verificação do rendimento | 127 |



SUMÁRIO

| Circulação de estudos: ensino regular/ensino supletivo | 129 |
|--|-----|
| Questões | 130 |
| Gabarito | 137 |







Língua Portuguesa

Situação Comunicativa

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- Emissor: Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- Exemplo: Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- Receptor: Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- Exemplo: Os alunos que escutam a explicação do professor.
- Mensagem: O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- Exemplo: As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- Canal: O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- Exemplo: A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- Código: O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
 - Exemplo: O idioma português usado na explicação.
- Contexto: O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
 - Exemplo: A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:

"Proibido estacionar das 8h às 18h."

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
 - Mensagem: "Vamos ao cinema hoje?"





Noções de Informática

O sistema operacional (SO) é um software essencial que atua como intermediário entre o hardware do computador e os programas executados pelos usuários. Sua principal função é gerenciar os recursos do sistema, garantindo que esses elementos sejam utilizados de maneira eficiente, segura e organizada. Além disso, o sistema operacional oferece uma interface que facilita a interação entre o usuário e a máquina. Dentre as funções de um Sistema Operacional estão:

Gerenciamento de Processos

O SO controla a execução de processos (programas em execução), realizando a alocação adequada dos recursos e coordenando a execução simultânea de múltiplos processos, o que permite a multitarefa. Para isso, utiliza algoritmos de escalonamento que definem a ordem e o tempo de uso do processador por cada processo. Entre os principais algoritmos, destacam-se:

- First-Come, First-Served (FCFS): atende os processos por ordem de chegada.
- Round Robin: distribui o tempo de CPU igualmente entre os processos.
- Escalonamento por Prioridade: seleciona processos com base em níveis de prioridade.

Esses mecanismos evitam que processos fiquem bloqueados indefinidamente e otimizam o desempenho do sistema.

Gerenciamento de Memória

O SO é responsável por controlar o uso da memória principal (RAM), assegurando que cada programa receba o espaço necessário sem conflitos. Além da alocação física, o sistema pode utilizar memória virtual, que simula memória adicional usando parte do disco rígido. Essa técnica permite que múltiplos programas sejam executados mesmo em sistemas com pouca RAM. Duas abordagens comuns na memória virtual são:

- Paginação: divide a memória em blocos de tamanho fixo (páginas).
- Segmentação: organiza a memória com base nas estruturas lógicas dos programas.

Gerenciamento de Dispositivos de Entrada e Saída

O sistema operacional controla o acesso e a comunicação entre os programas e os periféricos do computador, como teclados, mouses, impressoras e discos rígidos. Um exemplo importante é o spooler de impressão, que armazena temporariamente os trabalhos de impressão em uma fila, permitindo que sejam processados de forma ordenada e sem conflitos, mesmo quando múltiplos usuários enviam documentos simultaneamente.

Gerenciamento de Arquivos

O SO organiza os dados armazenados em dispositivos como discos rígidos e unidades externas. Ele permite criar, acessar, modificar e excluir arquivos e diretórios de maneira eficiente. Para isso, utiliza sistemas de arquivos que definem como os dados são estruturados no armazenamento. Alguns formatos comuns de sistemas de arquivos incluem:

- FAT32: amplamente compatível, mas limitado no tamanho máximo de arquivos.
- NTFS: padrão do Windows, oferece recursos como permissões, compressão e criptografia.
- EXT4: utilizado em sistemas Linux, oferece alta confiabilidade e desempenho.

Além disso, o sistema operacional fornece interfaces que permitem ao usuário organizar arquivos em pastas e subpastas, renomear, copiar, mover ou excluir itens. Também é possível instalar e gerenciar programas, acessando-os por meio de menus, atalhos ou ferramentas de pesquisa.





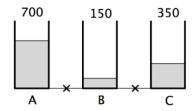
Matemática e Raciocínio Lógico

Resolver problemas lógicos envolve interpretar informações, identificar relações e estruturar raciocínios que levem a uma conclusão válida. Esse tipo de exercício exige atenção, organização e a aplicação de diferentes estratégias para analisar padrões, estabelecer conexões e eliminar possibilidades incorretas.

A lógica está presente em diversas situações do dia a dia, desde tomadas de decisão até a resolução de desafios matemáticos. Com a prática, é possível aprimorar a capacidade de raciocínio e encontrar soluções de forma mais rápida e eficiente.

Questões:

1. (FGV) Em um prédio há três caixas d'água chamadas de A, B e C e, em certo momento, as quantidades de água, em litros, que cada uma contém aparecem na figura a seguir.



Abrindo as torneiras marcadas com x no desenho, as caixas foram interligadas e os níveis da água se igualaram.

Considere as seguintes possibilidades:

- 1. A caixa A perdeu 300 litros.
- 2. A caixa B ganhou 350 litros.
- A caixa C ganhou 50 litros.

É verdadeiro o que se afirma em:

- (A) somente 1;
- (B) somente 2;
- (C) somente 1 e 3;
- (D) somente 2 e 3;
- (E) 1, 2 e 3.

Resposta: C.

Somando os valores contidos nas 3 caixas temos: 700 + 150 + 350 = 1200, como o valor da caixa será igualado temos: 1200/3 = 400l. Logo cada caixa deve ter 400 l.

Então de A: 700 - 400 = 300 I devem sair

De B: 400 - 150 = 250 I devem ser recebidos

De C: Somente mais 50l devem ser recebidos para ficar com 400 (400 - 350 = 50). Logo As possibilidades corretas são: 1 e 3





Noções de Direito Administrativo e Constitucional

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

| REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO |
|--|--|
| É um regime mais abrangente Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação | É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público O ente público assume uma posição privile- giada em relação ao particular |

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, caput da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, caput da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5°, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.





Conhecimentos sobre o município

HISTÓRIA DE BEBERIBE - ORIGEM INDÍGENA E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

A origem do município de Beberibe está diretamente relacionada à presença dos povos indígenas da etnia Potiguara, habitantes originários da região. O nome "Beberibe" é oriundo do tupiguarani e pode ser traduzido como "onde o caniço cresce", uma clara referência à vegetação predominante na área costeira e lacustre da região. A ocupação da terra se iniciou a partir do século XVII, com a colonização portuguesa, e ao longo do século XVIII, surgiram pequenos núcleos populacionais voltados à agricultura de subsistência, pesca e extração de madeiras.

Foi no século XIX, entretanto, que a região começou a ganhar destaque administrativo. Em 5 de julho de 1892, Beberibe conquistou sua emancipação política, deixando de ser subordinado ao município de Cascavel e se tornando uma unidade autônoma da Federação. Essa data é hoje celebrada como feriado municipal, sendo uma das mais importantes para a população beberibense.

A fundação da cidade, portanto, está vinculada a esse marco de autonomia política e administrativa, o que consolidou Beberibe como município independente, com governo próprio e organização institucional em conformidade com os princípios constitucionais da época.

GEOGRAFIA MUNICIPAL E LIMITES TERRITORIAIS

Beberibe está situado no Litoral Leste cearense, a uma distância aproximada de 83 km da capital Fortaleza, com acesso facilitado pela CE040, uma das principais rodovias turísticas do Estado. O município abrange uma área de aproximadamente 1.679 km², com clima tropical quente e semiúmido, apresentando temperaturas médias anuais entre 25 e 30°C.

Seu território é caracterizado por:

- Falésias coloridas, que são formações geológicas esculpidas pela ação do tempo, do vento e do mar;
- Praias famosas, como Morro Branco, Praia das Fontes e Uruaú;
- Dunas e rios intermitentes, que compõem um cenário de ecossistema costeiro.

Falésias de Morro Branco.



Fonte: WIKIPEDIA CONTRIBUTORS. Beberibe. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?ti-tle=Beberibe&oldid=70478644.





Conhecimentos Específicos

OBJETIVOS DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho dos alunos cumpre diversos papéis dentro do ambiente educacional. Um de seus principais objetivos é verificar se os alunos estão atingindo as metas de aprendizagem previamente estabelecidas no planejamento pedagógico. Isso permite que professores identifiquem as áreas onde os estudantes apresentam dificuldades e ajustem suas práticas para promover a aprendizagem de forma mais eficaz.

Além de sua função diagnóstica, a avaliação também desempenha um papel formativo, oferecendo aos alunos a oportunidade de refletirem sobre seu próprio processo de aprendizagem. Por meio do feedback, o estudante é informado sobre seus pontos fortes e fracos, o que facilita o desenvolvimento de uma postura mais ativa e autônoma frente aos estudos. Esse processo estimula a autorregulação da aprendizagem, uma competência fundamental para o aprendizado contínuo ao longo da vida.

Outro objetivo relevante é a função somativa da avaliação, que ocorre ao final de um ciclo de ensino, como uma disciplina ou um semestre letivo. Nesse contexto, a avaliação tem como propósito certificar o nível de conhecimento adquirido pelos alunos, gerando dados que podem ser usados para fins administrativos, como promoções, certificações ou mesmo reprovações. O desafio, nesse caso, é garantir que essa forma de avaliação seja justa e transparente, de modo a refletir verdadeiramente o desempenho dos alunos.

PRINCIPAIS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Existem diversas abordagens e métodos de avaliação que podem ser utilizados para mensurar o desempenho dos alunos. De modo geral, essas avaliações podem ser divididas em dois grandes grupos: avaliação formativa e avaliação somativa. A avaliação formativa ocorre durante o processo de ensino e tem como objetivo monitorar o progresso dos alunos, proporcionando oportunidades para correção de rotas. Já a avaliação somativa acontece ao final de um período, visando aferir o aprendizado consolidado.

Entre os métodos mais comuns estão as provas objetivas e dissertativas, que permitem avaliar tanto o conhecimento factual quanto a capacidade de argumentação e síntese dos alunos. As provas objetivas tendem a ser mais fáceis de corrigir e oferecem resultados quantificáveis, enquanto as dissertativas oferecem uma análise mais profunda das competências argumentativas e críticas.

Outros métodos incluem a avaliação por projetos, em que os alunos desenvolvem trabalhos mais extensos ao longo do curso, aplicando os conhecimentos adquiridos de forma prática. Há também os portfólios, que consistem na compilação de trabalhos realizados pelos alunos ao longo do tempo, permitindo uma visão longitudinal do desenvolvimento do estudante. Autoavaliação e avaliação por pares são estratégias que promovem a reflexão crítica e o desenvolvimento de competências interpessoais, ao permitir que os alunos avaliem seu próprio desempenho ou o de seus colegas.

Cada método possui vantagens e desvantagens. As provas objetivas podem não captar a profundidade do raciocínio, enquanto projetos e portfólios, embora mais completos, exigem um alto nível de comprometimento e tempo, tanto dos alunos quanto dos professores para a correção e feedback.

CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

A clareza e a objetividade dos critérios de avaliação são fundamentais para garantir a justiça no processo de avaliação. Critérios bem definidos e comunicados antecipadamente aos alunos permitem que eles saibam o que é esperado e como serão avaliados. Para isso, um dos instrumentos mais eficazes é a rubrica, que detalha os diferentes níveis de desempenho para cada critério, possibilitando uma avaliação mais transparente e objetiva.

Além das rubricas, o uso de escalas de desempenho, que graduam o nível de conhecimento ou habilidade demonstrado pelo aluno, é bastante comum. Essas escalas facilitam a categorização do desempenho dos estudantes, oferecendo uma visão clara dos avanços ou retrocessos.